


ILMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DO SERTÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2023

 **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261 – 18º andar – São Paulo, capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, por seu representante legal, vem, com fulcro no Instrumento Convocatório e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto por GENTE SEGURADORA S/A, contra a r. decisão desta digna Comissão de Licitação.

São Paulo, 04 de julho de 2023.

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A



CONTRARRAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO

I – LEGITIMIDADE DA RECORRIDA

E DIREITO AO CONTRADITÓRIO

A legitimidade da recorrida decorre do fato de ter sido declarada vencedora da licitação objeto deste recurso, estando autorizada a apresentar suas contrarrazões, demonstrando o acerto da r. decisão recorrida.

Ademais, como amplamente reconhecido por nosso ordenamento jurídico, os recursos administrativos seguem as regras usuais de direito processual, garantindo aos licitantes o direito ao contraditório, como princípio primordial (art. 5º, LV, da CF), sob pena de nulidade da licitação.

Todavia, como não pretende conturbar o processo licitatório com tal discussão, considerando seu caráter competitivo, tecerá breves ponderações acerca das razões recursais, demonstrando os vícios de que padece o recurso, especialmente a preclusão da matéria e a total falta de razão no mérito.

Daí porque as questões trazidas à baila pela recorrente, carentes de qualquer fundamentação, diga-se, desde já, não merecem prosperar, conforme será demonstrado.

II – FATOS

A licitação visa a contratação de serviço de seguradora para fornecimento de seguros para prédios públicos, veículos e máquinas da frota do Município de Flor do Sertão.

A recorrida sagrou-se vencedora do certame, por ter apresentado proposta mais vantajosa e documentos habilitatórios de acordo com o instrumento convocatório.

Inconformada, a recorrente se insurge contra o fato de que supostamente a recorrida estaria impedida de licitar com a Administração Pública.

Contudo, com o devido respeito, além de carecer de fundamentação jurídica, estes argumentos não podem ser admitidos, posto que os efeitos da penalidade aplicada **se restringem a esfera do órgão sancionador**, não alcançando este órgão.



O recurso, portanto, não merece prosperar.

III – PENALIDADE SURTE EFEITOS APENAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

A propósito do impedimento aventado pela recorrente, cumpre esclarecer que, conforme decisão do Poder Judiciário (**doc. 1**), os efeitos da penalidade são restritos a esfera do Estado do Rio Grande do Norte, não alcançando este órgão.

Por isso, nada obsta, portanto, a participação da recorrente no certame nem sua contratação.

Daí porque, com o devido respeito, o recurso não deve ser aceito.

IV– ABRANGÊNCIA DA PENALIDADE DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR E DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Como se verifica, a penalidade aplicada a esta seguradora é restrita a esfera do Estado do Rio Grande do Norte.

Isso, porque a suspensão temporária de participar em licitação e o impedimento de contratar com a Administração se restringe ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade.

Com efeito, tendo sido apenada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, a recorrida não possui qualquer impedimento de contratar com esse Município, pelo que merece ser mantida a r. decisão recorrida.

De acordo com os documentos apresentados (**docs. 1 e 2**), fica evidente que a publicação se procedeu de forma equivocada no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ.

É o que, de resto, prevê a **Súmula 51** do Eg. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

“A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, **nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar** (artigo 87, III da Lei nº 8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), **a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.**” (g.n.)

Como se vê, a **suspensão temporária produz efeito apenas na entidade administrativa que a aplicou**, enquanto a declaração de inidoneidade produz efeito em todos os órgãos da Administração Pública.

Com efeito, expandir o alcance da suspensão – como pretende a recorrente - seria criar hipótese não prevista na lei.

Em suma: **não há óbice para que a empresa suspensa num órgão participe de licitação promovida por outro.**

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) também é pacífica no sentido de que a pena de suspensão está restrita ao órgão aplicador da sanção, como exemplificam os seguintes precedentes:

“A previsão contida em edital de concorrência no sentido de que o impedimento de participar de certame em razão de sanção do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 limita-se às empresas apenadas pela entidade que realiza o certame autoriza a classificação de proposta de empresa apenada por outro ente da Administração Pública federal com sanção do citado comando normativo, em face da inexistência de entendimento definitivo diverso desta Corte sobre a matéria Representação apresentada pela empresa RCM Engenharia e Projetos Ltda. apontou supostas irregularidades em concorrências conduzidas pela Universidade Federal do Acre – UFAC, que têm por objeto a construção de prédios nos campus da UFAC (Concorrências 13, 14 e 15/2011). A autora da representação considerou ilícita sua desclassificação desses três certames em razão de, com suporte comando contido no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, ter sido anteriormente suspensa do direito de licitar e contratar pelo Tribunal de Justiça do Acre TJAC. Em sua peça, observou que os editais das citadas concorrências continham cláusulas que foram assim lavradas: “2.2 Não poderão participar desta Concorrência: (...) 2.2.2 as empresas suspensas de contratar com a Universidade Federal do Acre; e 2.2.3 as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição”. Ao instruir o feito, o auditor da



unidade técnica advoga a extensão dos efeitos daquela sanção a outros órgãos da Administração. O diretor e o secretário entendem que deve prevalecer “a interpretação restritiva” contida nos editais da UFAC e que a pena aplicada pelo TJAC não deve afetar as licitações promovidas por aquela Universidade. O relator inicia sua análise com o registro de que a matéria sob exame ainda não se encontra pacificada neste Tribunal. Ressalta, no entanto, que tal matéria, “ao que parece”, estaria pacificada no âmbito do Judiciário, no sentido de que os efeitos da decisão de dado ente deveriam ser estendidos a toda Administração Pública, consoante revela deliberação proferida pelo STJ, nos autos do Resp 151567/RJ. Informa também, que “a doutrina tende à tese que admite a extensão dos efeitos da sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/1993”, e transcreve trecho de ensinamentos de autor renomado, nesse sentido. Ao final, tendo em vista a referida ausência de entendimento uniforme sobre a matéria no âmbito desta Corte, conclui: “a preservação do que foi inicialmente publicado me parece a melhor solução, ante o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, expresso no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993”. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu: a) julgar procedente a Representação; b) determinar à UFAC que: “adote as medidas necessárias para anular a decisão que desclassificou a proposta de preços da empresa RCM Engenharia e Projetos Ltda., no âmbito das Concorrências 13, 14 e 15/2011, aproveitando-se os atos até então praticados” (TCU. Processo nº TC 000.479/2012-8. Acórdão nº 902/2012-Plenário, Rel. Min. José Jorge, 18.4.12 – g.n.)

“A sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas no âmbito do órgão ou entidade que a aplicou. Representação formulada por empresa apontou possíveis irregularidades na condução do Pregão Presencial nº 11/2011, promovido Prefeitura Municipal de Cambé/PR, que teve por objeto o fornecimento de medicamentos para serem distribuídos nas Unidades Básicas de Saúde e na Farmácia Municipal. Entre as questões avaliadas nesse processo, destaque-se a exclusão de empresas do certame, em razão de terem sido apenadas com a sanção do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 por outros órgãos e entidades públicos. Passou-se, em seguimento de votação, a discutir o alcance que se deve conferir às sanções estipuladas nesse comando normativo (“suspensão temporária de participação em licitação e impedimento

de contratar com a Administração”). O relator, Ministro Ubiratan Aguiar, anotara que a jurisprudência do Tribunal havia-se firmado no sentido de que a referida sanção restringia-se ao órgão ou entidade que aplica a punição. A sanção prevista no inciso IV do mesmo artigo, relativa à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, produziria efeitos para os órgãos e entidades das três esferas de governo. O relator, a despeito disso, ancorado em precedente revelado por meio do Acórdão nº 2.218/2011-1ª Câmara, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, e na jurisprudência do dominante do STJ, encampou o entendimento de que a sanção do inciso III do art. 87 também deveria produzir efeitos para as três esferas de governo. O primeiro revisor, Min. José Jorge, sustentou a necessidade de se reconhecer a distinção entre as sanções dos incisos III e IV, em função da gravidade da infração cometida. Pugnou, ainda, pela modificação da jurisprudência do TCU, a fim de se considerar que “a sociedade apenada com base no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, por órgão/entidade municipal, não poderá participar de licitação, tampouco ser contratada, para a execução de objeto demandado por qualquer ente público do respectivo município”. O segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, por sua vez, ao investigar o significado das expressões “Administração” e “Administração Pública” contidos nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, assim se manifestou: “Consoante se lê dos incisos XI e XII do art. 6º da Lei nº 8.666/93, os conceitos definidos pelo legislador para ‘Administração Pública’ e para ‘Administração’ são distintos, sendo o primeiro mais amplo do que o segundo. Desse modo, não creio que haja espaço hermenêutico tão extenso quanto tem sustentado o Superior Tribunal de Justiça nos precedentes citados no voto do relator no que concerne ao alcance da sanção prevista no inciso III do art. 87”. Mencionou, também, doutrinadores que, como ele, privilegiam a interpretação restritiva a ser emprestada a esse comando normativo. Ressaltou, ainda, que as sanções dos incisos III e IV do art. 87 da multicitada lei “guardam um distinto grau de intensidade da sanção”, mas que “referidos dispositivos não especificaram as hipóteses de cabimento de uma e de outra sanção ...”. Segundo ele, não se poderia, diante desse panorama normativo, admitir que o alcance de ambas as sanções seria o mesmo. Chamou atenção para o fato de que “a sanção prevista no inciso III do art. 87 é aplicada pelo gestor do órgão contratante ao passo que a sanção do inciso IV é de competência exclusiva do



Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso”. E arrematou: “ ... para a sanção de maior alcance o legislador exigiu também maior rigor para a sua aplicação, ao submetê-la à apreciação do titular da respectiva pasta de governo”. Acrescentou que a sanção do inciso III do art. 87 da Lei de Licitações não poderia ter alcance maior que o da declaração de inidoneidade pelo TCU (art. 46 da Lei nº 8.443/1992). Por fim, invocou o disposto no inciso XII do art. 6º da Lei de Licitações, que definiu “Administração” como sendo “órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente”, para refutar a proposta do primeiro revisor, acima destacada. O Tribunal, então, ao aprovar, por maioria, a tese do segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, decidiu: “9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Cambé/PR que nas contratações efetuadas com recursos federais observe que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante.” (TCU. Processo nº TC-013.294/2011-3. Acórdão nº 3243/2012-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, 28.11.12 – g.n.)

“Representação formulada por empresa apontou suposta ilegalidade no edital do Pregão Eletrônico 13/2013, conduzido pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal, com o objetivo de contratar empresa especializada em serviços de manutenção de instalações civis, hidrossanitárias e de gás e rede de distribuição do sistema de combate a incêndios. Constatou do edital disposição no sentido de que “2.2 – Não será permitida a participação de empresas: (...) c) suspensas temporariamente de participar em licitações e contratar com a Administração; d) declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública;”. O relator, por aparente restrição ao caráter competitivo do certame, suspendeu cautelarmente o andamento do certame e promoveu a oitiva do órgão, medidas essas que vieram a ser ratificadas pelo Tribunal. O relator, ao examinar os esclarecimentos trazidos aos autos, lembrou que **“a jurisprudência recente desta Corte de Contas é no sentido de que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas no âmbito do órgão ou entidade que a aplicou (Acórdãos 3.439/2012-Plenário e 3.243/2012-Plenário)”**. E mais: **“Interpretação distinta de tal entendimento poderia vir a impedir a participação de empresas que embora tenham sido apenadas por órgãos estaduais ou**



municipais com base na lei do pregão, não estão impedidas de participar de licitações no âmbito federal”. Anotou, ainda, que, a despeito de o edital em tela não explicitar o **significado preciso do termo “Administração”** constante do item 2.2, “c”, os esclarecimentos prestados revelaram que tal expressão “refere-se à própria Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal” e que, portanto, “o entendimento do órgão está em consonância com as definições da Lei nº 8.666/93, assim como com o entendimento desta Corte”. Por esse motivo, considerou pertinente a revogação da referida cautelar e o julgamento pela improcedência da representação. A despeito disso e com o intuito de “evitar questionamentos semelhantes no futuro”, considerou pertinente a expedição de recomendação ao órgão para nortear a elaboração de futuros editais. O Tribunal, ao acolher a proposta do relator, decidiu: a) julgar improcedente a representação e revogar a cautelar anteriormente concedida; b) “recomendar à Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal que, em seus futuros editais de licitação, especifique que estão impedidas de participar da licitação as empresas que tenham sido sancionadas com base no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, somente pela própria Seção Judiciária do Rio de Janeiro da Justiça Federal”. (TCU. Processo nº TC 006.675/2013-1. Acórdão 842/2013-Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, 10.4.13 – g.n.)

Fundado nesse entendimento, o Tribunal de Contas da União determinou que certo órgão da Administração se absteresse de impedir de participar de licitação empresa punida com suspensão por outros órgãos:

“(…) abstenha-se de restringir, em seus certames, a participação de empresas em desfavor das quais tenha sido aplicada, por outros órgãos ou entidades, a pena de suspensão temporária prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 ...”. (TCU. Processo nº TC-014.411/2009-1. Acórdão nº 2.617/2010. Rel. Min. Aroldo Cedraz. Sala das Sessões, 25.5.10)

Como se vê dos precedentes acima invocados, tanto o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo quanto o TCU entendem pacificamente que a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento

de contratar com a Administração alcança apenas o órgão ou a entidade que a aplicou.

No mesmo sentido, o Parecer do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.539/2010 – TCU – Plenário:

“A questão que ora se coloca... resume-se a responder à seguinte indagação: “... pode uma empresa penalizada no seu direito de licitar com a Administração, nos moldes do art. 87, inc. III, da Lei de Licitações (suspensão temporária), ser impedida de participar de licitação em órgão distinto daquele que impôs a sanção?”. A referência a “órgãos distintos” implica avaliar o alcance da penalidade entre órgãos integrantes do mesmo ente político e também quando pertencentes a esferas de governo distintas. (...)”

Sobre o assunto, alinho-me ao posicionamento da parcela da doutrina que considera que a sanção aplicada com supedâneo no art. 87, inciso III, da Lei das Licitações restringe-se ao órgão ou entidade contratante, não sendo, portanto, extensível a toda a Administração Pública.

Oportuna também a ponderação do Relator no sentido de que entre os administrativistas não há consenso até mesmo quanto à extensão da declaração de inidoneidade, ou seja, se essa declaração firmada por determinada esfera de governo alcançaria as outras. Após fazer referência às lições de Carlos Ari Sundfeld e Toshio Mukai, o Relator arremata com acerto: “Se é defensável que alguém considerado inidôneo em determinada esfera administrativa não o seja em outra, muito mais razoável é admitir-se que a suspensão temporária do direito de licitar seja válida apenas no âmbito do órgão ou entidade que aplicou a penalidade, não apenas por raciocínio lógico, mas principalmente em atenção ao princípio da legalidade, que deve nortear toda a atividade da Administração Pública”.

Dessa forma, **considero que o impedimento temporário de participar de procedimentos licitatórios está restrito à Administração, assim**



compreendida pela definição do inciso XII do art. 6º da Lei de Licitações.”

(Tribunal de Contas da União. Processo nº TC-026.855/2008-2. Acórdão nº 1.539/2010 - Plenário. Relator: Ministro José Múcio Monteiro. Representante do Ministério Público: Lucas Rocha Furtado. Sala das Sessões, em 30.6.10. g.n.)

Sobre o tema, ainda, a Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 – âmbito federal – preconizou no § 1º do artigo 40 que o alcance da suspensão temporária fica restrita ao órgão público que penalizou, a saber:

“§ 1º A aplicação da sanção prevista no inciso III deste artigo impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos, **no âmbito do órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção.**” (g.n.)



A doutrina é uníssona no mesmo sentido.

O mestre Hely Lopes Meirelles lecionou:

“Observe-se que a suspensão temporária pode restringir-se ao órgão que a decretou ou até mesmo a uma determinada licitação ou a um tipo de contrato, conforme a extensão da falta que a ensejou.” (Curso de Direito Administrativo, 32ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006, p. 242.)

“a suspensão provisória pode restringir-se ao órgão que a decretou ou referir-se a uma licitação ou a um tipo de contrato, conforme a extensão da falta que a ensejou; (Licitação e contrato administrativo, 15º ed., 2010, p. 337)

Nas palavras dos juristas Jessé Torres Pereira Junior e Jacoby Fernandes:

“A diferença do regime legal regulador dos efeitos da suspensão e da declaração de inidoneidade reside no alcance de uma e de outra penalidade. Aplicada a

primeira, fica a empresa punida impedida perante as licitações e contratações da Administração; aplicada a segunda, a empresa sancionada resulta impedida perante as licitações e contratações da Administração Pública” (Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública, 8ª ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro, Renovar, 2009, pags. 860 e 861)

“13.4 Suspensão do direito de licitar e contratar

A propósito, há discussões sobre os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade. Para alguns, os efeitos se restringem ao órgão e ao contrato em que se aplica; para outros, se estende a todos os órgãos e a todas as licitações e contratos, acarretando inclusive o chamado *efeito dominó*, isto é, fazendo rescindir outros contratos.

O Poder Judiciário e o Tribunal de Contas da União têm entendido com certa uniformidade que os efeitos da suspensão se restringem ao contrato e ao órgão e que a declaração de inidoneidade afeta todos os órgãos da Administração Pública.

O fundamento desse entendimento está no fato de que o legislador, no art. 87, III, usou a expressão *Administração* e, no art. 87, IV, a expressão *Administração Pública*. Como essas expressões foram conceituadas pela própria Lei de Licitações e Contratos no art. 6º, inc. XII e XI, respectivamente, é razoável que se considerem esses efeitos.

Contudo, têm muitas decisões do Poder Judiciário entendendo que é possível proibir a participação de empresas em licitação que estiverem suspensas ou em simples falta com obrigações devidas ao órgão, como atraso, inadimplência total ou parcial, por exemplo.

Para os efeitos deste MANUAL considera-se que a suspensão afeta apenas o Tribunal [...]. (Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. Manual de Gestão de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral, 2ª ed., Belo Horizonte: Fórum, 2006)

Por fim, o Professor Toshio Mukai afirmou:

Por isso, citando julgado do STJ, que, aliás, já tivemos de dizer sobre essa monstruosidade, que ele é inconstitucional e *contra legem*, pois diz que não há nenhuma diferença entre as expressões *Administração* e *Administração Pública*, o que viola, como vimos, o art. 6º da Lei nº 8.666/93 (incisos XI e XII),



entendeu que, “dizer que a suspensão imposta por um órgão administrativo, ou um ente federado, não se estende aos demais órgãos, *não estaria em harmonia com o objetivo da Lei nº 8.666/93*”.

Diríamos nós que essa assertiva vai exatamente contra a interpretação estritamente legal da Lei nº 8.666/93.

Diz mais o referido Ministro: “*Portanto, a interpretação adequada quanto à punição prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 seria pelo alcance para toda a Administração Pública*”.

O Sr. Ministro, *data venia*, desconhece o princípio da legalidade, e, em especial, o princípio federativo.

[...] os conceitos de Administração e Administração Pública são diferentes e, porque estão contemplados no direito positivo, não podem ser alvo de ideias retiradas da cabeça do intérprete das leis administrativas; os juízes não têm vontades próprias, mas, sim, devem obediência à vontade da lei.” (**Suspensão temporária de licitar e contratar com o poder público só abrange o órgão que aplicou a sanção. O princípio da especialidade administrativa.** Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, ano 10, n. 115, p. 40-41, jul. 2011)

De se concluir que não se pode admitir, portanto, que esse órgão deixe de contratar a recorrida em razão da suspensão de licitar restrita ao estado do Rio Grande do Norte.

Admitir o contrário ou dar qualquer outra interpretação que vise à extensão “automática” dos efeitos *erga omnes* da suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar, de um órgão para outro afrontaria a disposição legal.

Isso, porque a lei deve ser interpretada restritivamente e a adoção de posição inversa significaria “*obrigar alguém a deixar de fazer algo sem lei específica que o determine, em confronto com o princípio da legalidade*”

[...]”¹, em razão da reserva legal imposta às penas restritivas de direito, garantia que se extrai da Constituição Federal, art. 5º, II e XIII.

Pelo inc. II, erige-se direito fundamental de primeira geração, definindo-se que somente a lei pode obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa; pelo segundo, assegura-se a efetividade de um dos cinco fundamentos da República, a “*valorização social do trabalho e da livre iniciativa*”, garantindo-se o “*livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”.

Frise-se que a recorrida foi punida com a penalidade de suspensão de licitar e impedimento de contratar, restrito ao Estado do Rio Grande do Norte.



V – CONCLUSÃO

Não obstante o direito facultado aos cidadãos e determinado pela Carta Magna, as relações no procedimento licitatório deverão considerar o princípio da **celeridade** administrativa, sendo inaceitáveis os **recursos protelatórios** e sem relevante fundamento, como o que aqui se responde.

Por isso e pelo exposto, sendo absolutamente inverossímeis os argumentos expendidos pela recorrente em suas razões, confia a recorrida no não conhecimento do recurso ou, subsidiariamente, em seu não provimento, mantendo-se a r. decisão recorrida pelos seus próprios e bem lançados fundamentos.

¹Carlos Ari Sundfeld, Licitação e Contrato Administrativo, de acordo com as Leis nºs 8.666/93 e 8.883/94, Malheiros Editores: 1994



São Paulo, 04 de julho de 2023.

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

